

Rachel de Queiroz

Fala-se muito contra reeleições. A tendência é considerar a candidatura da pessoa no exercício do poder como um abuso de autoridade, uma tentativa de manutenção indebita, quase um atentado aos bons costumes políticos. Já o disse muitas vezes nesta coluna. É a questão da segunda chance: todo mundo deve ter direito a uma segunda chance. E, principalmente, o povo tem direito de demonstrar se acha que acertou ou errou na sua primeira posição.

Ainda mais que o incumbente no cargo já estará sabendo melhor, conhecendo melhor o povo que vem governando. E o povo por seu lado identifica melhor os modos e as manhas do seu governante. Se tivesse, em vez de reeleição, uma prorrogação automática do mandato do governante, aí, sim, seria odioso. Mas no caso da reeleição é como recomençar todo um processo político: o incumbente no poder volta à posição de pretendente, lutando com dificuldades maiores do que as da primeira vez, já que não pode mais tirar mágicas da

cartola, que o povo já lhe conhece todas as mágicas e todas as possíveis cartolas.

A alegação mais geral contra a reeleição é que é um convite ao reeleito para repetir erros, criar uma face imutável, dar início a uma oligarquia; mas deverá também repetir os acertos, e o povo, que o conhece há quatro anos, votará com muito mais consciência do que votaria naquele desconhecido da primeira vez.

O povo em geral tem certa desconfiança para com os desconhecidos. E quem não tem? O desconhecido é quase sempre o perigo. Uma cara nova é infalivelmente um enigma; e quando aquele enigma tem que ser decifrado, às nossas custas, fica generalizado o sentimento do risco. Até agora, as reeleições têm-se comportado da maneira melhor; tem-se a garantia do conhecido; e não há grandes surpresas — ou, antes, não há, em geral, surpresa nenhuma. Os homens no poder, quase todos (ou todos, não tenho as estatísticas) revelam sinal de quê? De que o po-

vo precisa estar muito entusiasmado, muito hipnotizado por uma propaganda, para se arriscar a novidades. Os velhos políticos sabem disso e é essa a carta principal com que jogam.

Outro aspecto elogiável, nas nossas eleições, foi a criação do segundo turno. Quando a divergência nos resultados é nula, ou mínima — vamos decidir no par ou ímpar. Voltam às urnas aqueles sobre os quais o povo se mostrou indeciso — só com os dois finalistas frente a frente se verá quem é que o eleitor prefere.

Gostei da reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Já o aplaudimos na primeira vez, damos-lhe agora oportunidade nova. Continuo a me sentir satisfeita por ver um intelectual, a bem dizer um irmão de opa, alçado ao poder. E se saindo tão bem. Não apenas o eterno bacharel, mas um homem que tem carreira e vãos próprios, que não tem metas dogmáticas, originárias não do conceito daquilo que dá popularidade, mas surgidas das experiências do primeiro mandato, com as

devidas correções de rota, seus re-cuos e seus avanços.

Foi um voto de confiança que lhe demos, com o nosso sufrágio repetido na segunda eleição; confiança a que, na minha opinião, ele fez jus, com o primeiro mandato. As coisas, as condições de governo são muito mutáveis, os problemas sempre têm cara nova e, em geral, mais feia. Contudo, o presidente, neste primeiro quadriênio, deve ter colhido as respostas certas, aprendido certos truques indispensáveis ao exercício do poder, e tirará de letra o novo quadriênio, até melhor por-que mais à vontade.

É essa, pelo menos, a nossa esperança, ou antes, a nossa confiança, quando depositamos na urna o nosso voto, na última eleição.

Fizemos a nossa obrigação e obedecemos à nossa consciência cívica. O presidente, reeleito, que cumpra com o seu dever, levando o barco nacional a bom destino com muito mais segurança, pois já lhe tem de cor a rota certa.

■ Rachel de Queiroz, da Academia Brasileira de Letras, é escritora